

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Aos vinte e dois dias do mês de junho de dois mil e dezanove, pelas quinze horas e dez minutos, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeira e segunda secretárias, Carla Maria Bravo Franco e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- Após declarada aberta a sessão o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por informar que o senhor Deputado António Batista Lopes Serra e Luís Miguel Gomes Mascarenhas comunicaram que não iriam poder participar nos trabalhos da presente sessão, tendo sido substituídos, nos termos legais e regimentais, pelos Senhores Deputados Henrique Brunhoso e Luís Miguel Terêncio, respetivamente. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou também que se encontrava ausente o Senhor Presidente da União de Freguesias de Gebelim e Soeima, fazendo-se representar pelo seu substituto legal, Senhor Domingos Félix, em conformidade com o estabelecido no nº 1, alínea c) do artº 18º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Verificou-se ainda a ausência do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sambade, Ricardo Jorge Pimentel. --

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos. -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Senhores Deputados que estavam presentes as atas da primeira sessão extraordinária e da segunda sessão ordinária, realizadas nos dias vinte e cinco e vinte e sete de abril de dois mil e dezanove, respetivamente, para serem submetidas a aprovação, tendo sido ambas aprovadas, por **unanimidade**, dos vinte e seis deputados presentes. Não participaram na votação destas atas os Senhores Deputados Luís Terêncio e Domingos Félix, por não terem estado presentes em ambas as sessões da Assembleia. Relativamente à ata da sessão da Assembleia Municipal de 27-04-2019, também não participaram na sua votação os Senhores Deputados Maria João Martins, Célia Pancha e André Monteiro, por não terem estado presentes nessa sessão -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- Usou da palavra a Senhora Deputada Maria Manuel Cunha Silva que passou a ler um voto de louvor que a Bancada do Partido Socialista propõe a Mónia Andreia Rodrigues Martins, e que a seguir se transcreve: -----

----- *“A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Alfândega da Fé vem propôr um voto de Louvor a Mónia Andreia Rodrigues Martins, pela conquista do prémio europeu da Federação Europeia de Engenharia Química (EFCE) para a melhor tese de doutoramento na área de Termodinâmica e Propriedades de Transporte. O trabalho sobre novos processos de separação de terpenos - compostos naturais usados há milénios, por exemplo, em cosméticos, farmacêuticos ou perfumes – valeu a esta nossa conterrânea e investigadora uma das mais importantes distinções na área da Engenharia Química.* -----

----- *Mónia Martins, nascida em 1989 no concelho de Alfândega da Fé, cresceu na anexa da sede de concelho, o Castelo, uma localidade com cerca de 20 habitantes, e tem trilhado um percurso de excelência na sua área de formação. ---*

----- *Completo em 2012 o Mestrado em Engenharia Química, no Instituto Politécnico de Bragança, tendo, entretanto, recebido uma Bolsa de Investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia, duas bolsas de Mérito e um prémio de Melhor Aluna.* -----

----- *Desenvolveu a sua tese de Mestrado em Praga, no Instituto de Tecnologia Química e, com a Bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia, completou o seu Doutoramento em junho de 2017 na Universidade de Aveiro, tendo, para*

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

isso, passado seis meses na Universidade de Tecnologia de Varsóvia (Polónia) e seis meses na Faculdade de Engenharia Alimentar na Universidade de Campinas (Brasil). -----

----- Tendo já mais de uma dezena de artigos científicos publicados, é, atualmente, investigadora nos Laboratórios Associados LSRE Laboratory of Separation and Reaction Engineering - LCM Laboratory of Catalysis and Materials, da Universidade no Porto, no pólo do Instituto Politécnico de Bragança onde está a trabalhar no seu Pós-doutoramento. -----

----- Este currículo notável, que já é conhecido a nível europeu, merece todo o reconhecimento público e é nosso dever, enquanto seus conterrâneos, dar-lhe o devido destaque, sendo a Mónia a prova viva e atual de que o interior é capaz de produzir um valor mais do que acrescentado ao país e ao mundo. -----

----- Endereçamos a nossa congratulação e imenso orgulho a esta jovem e distinta Alfundeguense e colocamos à consideração da Assembleia Municipal este Voto de Louvor.” -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir, relativamente ao “voto de louvor” proposto e acima transcrito, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o assunto à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis membros presentes, aprovar o voto de louvor proposto e remetê-lo à interessada, Mónia Andreia Rodrigues Martins. -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins que agradeceu em seu nome e em nome da bancada à Senhora Deputada Maria Manuel Cunha Silva pelo gesto que teve para com a conterrânea, dizendo que também tinham, agendado propor este voto de louvor, mas uma vez que foi anteriormente feito, o Senhor Deputado Gabriel Martins disse que ele a sua bancada se congratulam e associam-se a este voto de louvor à alfundeguense Mónia Andreia Rodrigues Martins. -----

----- Continuando, o Senhor Deputado Gabriel Martins disse que tinha algumas questões a fazer. Uma delas, disse, está relacionada com a ETAR de Valpereiro. Disse constar-lhe que há esgotos a “céu aberto” há algum tempo, na freguesia de Valpereiro e que isto é um caso de saúde pública. Perguntou assim o que se passa, e porque é que isto acontece. A segunda questão tem a ver com a Alfundegatur, explicando que não é à Alfundegatur que colocam a questão mas sim ao Município, porque é sócio na percentagem das suas quotas. Então o Senhor Deputado Gabriel Martins perguntou o que se passa com as obras lá existentes, pois foram levantados alguns pilares e depois pararam. Disse que também sabem que os prazos das obras de construção se reportam às licenças de construção, e que essas licenças têm prazos. Assim sendo, perguntou ao Executivo, enquanto sócio, o que se passa com as obras na Alfundegatur e, enquanto Município, se têm sido alertados para a conclusão dos prazos, nos termos legais da licença emitida. O Senhor Deputado Gabriel Martins continuou a sua intervenção dizendo que, relativamente à Alfundegatur, já tinha feito uma pergunta ao Município, enquanto sócio daquela empresa, se tinha conhecimento do cumprimento ou incumprimento dos contratos de crédito e foi-lhes dito que desconheciam. Assim, o Senhor Deputado Gabriel Martins pediu para lhes explicar se já têm conhecimento, enquanto sócio da Alfundegatur, se esta está a cumprir com os contratos de crédito a pagar à banca e caso ainda não tenham resposta, solicita, através deste órgão, Assembleia Municipal, que o Senhor Presidente interceda nesta questão, no sentido do Município solicitar às entidades de crédito tal informação para depois explicar a esta Assembleia Municipal e aos munícipes a forma como tão bem controla o nosso património. De seguida, o Senhor Deputado Gabriel Martins disse que os Senhores Vereadores solicitaram, por escrito, alguns elementos sobre o processo da regularização dos precários, bem como duplicado ou fotocópia de escrituras públicas e, que na verdade o que foi entregue foi um gráfico com cores bonitas mas que faltam os documentos de suporte aos elementos ali inscritos, que justifiquem o que está ali discriminado. Assim, disse, no fundo não foi aquilo que pediram, pois o que consta no requerimento são coisas distintas, pelo que pedem uma explicação para a falta de entrega de documentos de suporte. -----

----- Seguidamente, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara e referindo-se à Alfundegatur, disse que tanto quanto sabe as obras vão ser feitas com o dinheiro das vendas e tem havido algum atraso na transferência de dinheiro, pois são transferências internacionais. Em relação aos prazos de construção, a Senhora Presidente da Câmara disse que ainda não estão esgotados esses prazos e há sempre a possibilidade de prorrogação, pelo que não se coloca esta questão

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

em relação aos prazos. Em relação à banca, a Senhora Presidente disse que já tinha dito na última Assembleia que havia um atraso no pagamento à Caixa Geral de Depósitos, estando a Caixa Agrícola e o Turismo em dia. O proprietário está a tratar da situação da regularização à Caixa Geral de Depósitos, tanto quanto sabe. Em relação aos nossos 35%, espera muito em breve, deixar de ter esses 35%, pelo que depois disso as dúvidas que existam deverão ser colocadas directamente ao proprietário da Alfandegatur. Mas frisou depois, que continuarão a acompanhar aquele empreendimento, pois é uma âncora para o Concelho, uma vez que além de ter mais de 20 postos de trabalho, é um ponto importante ao nível do turismo. Em relação ao mapa que foi enviado, a Senhora Presidente da Câmara concorda que faltam elementos, ou seja, faltam as escrituras, mas explicou que as escrituras são públicas e é sempre possível ter acesso a elas, mas irão enviá-las durante a próxima semana, pois já estão todas recolhidas. -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Vereador António Salgueiro dizendo que sobre a intervenção da ETAR de Valpereiro, essa intervenção foi feita pelo proprietário, à qual foram alheios, e o que houve foi o rompimento de uma conduta, mas informou que já está a decorrer o concurso para essa obra, e brevemente terão novo emissário, esclarecendo depois que já têm conhecimento dessa situação e que não é complicada de resolver. Além disso, o Senhor Vereador António Salgueiro disse depois que não é saneamento a céu aberto, mas sim a saída de alguma água residual já tratada pela ETAR, como tal não são esgotos. -----

----- Continuando, usou ainda da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins, em relação à Alfandegatur, perguntou qual o montante do pagamento em atraso à Caixa Geral de Depósitos, tendo a Senhora Presidente da Câmara, Dr^a Berta Nunes, respondido que não tem conhecimento neste momento do valor, mas sabe que estão alguns meses em atraso e que o proprietário está a fazer várias diligências para regularizar essa situação. O Senhor Deputado Gabriel Martins disse ainda que sabe que todas as escrituras são públicas, mas acredita que as mesmas serão enviadas. A Senhora Presidente da Câmara, Dr^a Berta Nunes, esclareceu que só desde a sessão da Assembleia Municipal anterior é que teve conhecimento do pedido de documentação que foi feito e que os serviços estão a trabalhar no sentido de reunir toda essa informação, mas dado o seu volume ser grande, demora algum tempo, mas que já está praticamente tudo reunido, pelo que será enviado logo que esteja concluído. Além disso, a Senhora Presidente disse que a bancada do PSD-CDS/PP solicitou informação acerca de honorários com juristas e que já tem alguma informação que pode dar, mas posteriormente será enviada logo que esteja concluído. Assim como em relação ao outro pedido de informação, disse que já está feita a listagem sobre as acções, os advogados que fizeram o trabalho e os valores, mas como havia alguns casos em que não aparece discriminado na listagem as várias acções, pedimos aos serviços que o fizessem e que depois será enviada a informação discriminada. De seguida prestou alguns esclarecimentos relativamente aos processos jurídicos que a Câmara concluiu e outros que ainda não estão, mas que irão estar e que no total tiveram um custo com honorários a advogados de doze mil euros, mas que, por exemplo, só com o processo da Águas de Trás-os-Montes, a Câmara foi recuperar mais de um milhão de euros. De todos os processos que já foram a tribunal, a Senhora Presidente esclareceu que a Câmara já conseguiu recuperar mais de dois milhões de euros. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Orlando Borges que começou a sua intervenção fazendo um balanço da Festa da Cereja que daquilo que viu e ouviu esta foi um enorme sucesso e que de acordo com a Comunicação Social, a Festa da Cereja deste ano foi a melhor de sempre. Continuou dando os parabéns às Instituições Locais pela forma como se empenharam para que tudo corresse pelo melhor. Deu também os parabéns à ARA, pela organização da Meia Maratona da Cereja, que foi um sucesso. O Senhor Deputado Orlando Borges deu ainda os parabéns ao Grupo de Bombos que fez o Primeiro Encontro de Bombos e que foi um momento muito bom, e que espera continuem com esta iniciativa. Disse também que o Grupo de Bombos de Alfândega da Fé deixa os Alfandeguenses bastante orgulhosos. Continuou dando também os parabéns ao Senhor Presidente da AJAP, que é também o presidente da União de Freguesias de Agrobom, Saldonha e Valpereiro, no seguimento do evento do “Seminário do Jovem Empresário Rural”, uma vez que nos premiou com uma excelente intervenção e que também comunga desses problemas e que apoiará sempre a defesa do mundo rural. O Senhor Deputado Orlando Borges, referiu também que no dia 09 de junho foi feita uma homenagem em

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Valpereiro a um homem que lá nasceu e que teve que rumar cedo para fora daquela freguesia, e que deixou um legado importante no nosso país, o Senhor Prof. Coriolano Ferreira, felicitando a União de Freguesias de Agrobom, Saldonha e Valpereiro que em conjunto com o Município fizeram esta bela homenagem. Felicitou ainda o Senhor Filipe Borges, que enquanto Secretário da União de Freguesias fez um ótimo trabalho, pois esteve bastante ocupado com este evento. O Senhor Deputado Orlando Borges deu também os parabéns aos Grupos de Cantares, à ADAF, à Banda Musical, ao Moto clube Alfandeguense, que trouxe um espectáculo de Freestyle muito interessante, estado esta Associação também a colaborar com a Associação Recreativa de Valpereiro num evento que faz anualmente e tem sido uma excelente colaboração, disse. Todas fizeram o seu papel e muito bem. O Senhor Deputado Orlando disse ainda que a Festa da Cereja existe porque existem produtores de cereja, e outros que não sendo produtores, são expositores na Festa da Cereja, agradecendo-lhes por continuarem com esse enorme trabalho que não é fácil, pois muitas vezes estão condicionados com a temperatura, e outros factores, mas continuam a ter essa força. Expressou depois, o seu apoio para que continuem a dinamizar os nossos produtos e tudo o que temos, desde o vinho, ao azeite, à cereja, à amêndoa, pois temos produtos de excelência e que nos surpreendem, como é também o caso dos cogumelos em lata, pois são muito bons, referindo ainda que se vê que as pessoas estão a ter alguma dinâmica e a apostar na divulgação desses produtos. O Senhor Deputado Orlando Borges continuou a sua intervenção dando também uma palavra de apreço a todos os colaboradores da Autarquia que participaram na organização deste evento, pois sem eles não teria o enorme sucesso que teve. Para finalizar o Senhor Deputado elogiou o excelente trabalho feito pelo Executivo Municipal, pois está a tentar congregiar todas as instituições para que façam um enorme trabalho e a divulgação da Festa feita pela Liga dos Amigos também foi muito bem feita, pois houve um retorno no turismo. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara, Dr^a Berta Nunes, usou depois da palavra agradecendo, em nome do Executivo, os parabéns dados pelo Senhor Deputado Orlando Borges e disse ainda que os vereadores da oposição fizeram uma lista semelhante na reunião de câmara a dar os parabéns a toda a gente, incluindo os funcionários do Município. -----

----- Continuando, o Senhor Deputado Gabriel Martins usou da palavra dizendo que em relação ao ora alegado pela Senhora Presidente da Câmara consideram extemporâneo e incompleto porque continuam a não saber quanto custou à Câmara o processo do Dr. João Carlos. A Senhora Presidente da Câmara respondeu depois que na última Assembleia disse quanto custou o processo do Dr. João Carlos e o mesmo está escrito na ata, que foi à volta de quatro mil euros, com custas de justiça, mas informou que todos os Senhores Deputados irão receber toda a informação discriminada. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Luís Terêncio dizendo que se associa ao elogio da Festa da Cereja feita pelo Senhor Deputado Orlando Borges. Disse que para quem está fora, ver a sua terra a ser promovida, é muito bom e que gostou da Festa da Cereja. Continuou dizendo que por vezes não é fácil, devido às condições climáticas. Disse também ter ficado contente quando após ter falado com o Presidente da Cooperativa e com outros técnicos soube que há uma aposta na plantação e na replantação de cerejeiras para o aumento da sua produção, pois é o ex-libris da nossa terra, apesar de haver outros, mas a cereja é a melhor. Sugeriu depois que quer com este Executivo, quer com outro, a aposta na marca da cereja deve ser forte e deve feita de forma a que quando se fale de cereja não se pense apenas na cereja do Fundão ou de Resende, mas sim a de Alfândega da Fé estar à frente destas duas regiões. Depois, o Senhor Deputado Luís Terêncio, relativamente à Alfandegatur e no atraso no pagamento à Banca, nomeadamente à Caixa Geral de Depósitos, perguntou, sendo a Câmara Municipal detentora de 35% do capital social, por obrigação de garantia bancária da banca, este processo não atrasa o processo da venda como a Senhora Presidente referiu? A Senhora Presidente da Câmara respondeu dizendo que não, pois o jurista que está a preparar esse processo da passagem dos 35% referiu que não é motivo de impedimento, mas que é um processo que está em resolução. Explicou que os empréstimos estão garantidos pelo valor do património, terrenos, hotel e SPA, e se tiver que ser executado, será executado o património, mas acredita que não será necessário fazê-lo. Quanto à cereja a Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador, Eng^o Eduardo Tavares, para que toda a gente perceba o trabalho que se tem feito para que a cereja de Alfândega seja uma IGP e para que mais privados façam investimento. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Usou então, de seguida, a palavra o Senhor Vereador, Eng^o Eduardo Tavares que concorda e regista com agrado as palavras do Senhor Deputado Luís Terêncio e que de facto é nesta trajectória que se deve continuar a colocar a nossa Festa da Cereja, pois cada vez mais é uma festa económica, do concelho, da região, uma festa das nossas empresas, das pessoas e das instituições, envolvendo-os a todos e para os Alfandeguenses é um orgulho, sobretudo para quem está longe e que vêm menos vezes, quando ouvem e vêm o nome da nossa terra é sempre muito bom. Disse também que foi com muita satisfação que ele e a Senhora Presidente, ao percorrer todos os expositores, no último dia da Festa, viram o agrado que tiveram e as felicitações que receberam. Na economia em geral também, nomeadamente a restauração, o alojamento local e que é um trabalho que perdura durante todo o ano. Disse ainda que é um investimento muito bem feito e muito bem realizado na nossa economia, no nosso concelho e na sua projecção e identidade. Relativamente à cereja, o Senhor Vereador, Eng^o Eduardo Tavares, disse que todos sabemos e que já tivemos a oportunidade de reconhecer que este sector entrou em grandes dificuldades há vinte anos atrás, devido a várias dificuldades, mas em boa hora decidimos dinamizar novamente esta cultura, pois a cereja tem um poder muito grande e projecta o nosso Concelho e é uma cultura que pode arrastar as outras e isso tem-se visto nas últimas edições da Festa da Cereja. Este projecto foi delineado em boa hora para atrair novos produtores, melhorar a produção e aumentar a área, tendo já registado novos produtores que têm já projectos para investir nos próximos anos, nesta cultura. A par além disso, o Senhor Vereador Eduardo Tavares informou que já está a decorrer o processo de criação de uma identificação geográfica protegida “Cereja de Alfândega da Fé”, sendo um processo que ainda está a decorrer e está em fase de análise na Direção Regional de Agricultura e que na próxima semana terão uma reunião com a Senhora Diretora Regional. O Senhor Eng^o Eduardo Tavares disse ainda que ao IGP criada, que irá fortalecer não só a cereja de Alfândega da Fé mas também os produtores da região de Trás-os-Montes, pois esta IGP abrange os concelhos limítrofes. -----

----- De seguida usou ainda da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins referindo-se à Festa da Cereja, disse que já é uma efeméride de registo e que este ano teve um patamar excelente e, na sua opinião pessoal, este resultado deve-se ao Diogo Raimundo, que é um grande organizador de eventos, pelo que, provavelmente, é a ele que se deve este êxito da Festa da Cereja. O Senhor Deputado Gabriel Martins disse ainda que temos todas as condições para que as Festas da Cereja corram tão bem como corriam as do tempo do PSD. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara concorda que o colaborador Diogo Raimundo fez um belíssimo trabalho e já lhe deram os parabéns pessoalmente, mas não fez sozinho, pois foi um trabalho de equipa. -----

----- Usou ainda da palavra o Senhor Deputado Luís Terêncio para perguntar porque é que o promotor da Alfandegatur não esteve presente na Festa da Cereja, pois não o viu e seria imprescindível a sua presença, por ser um dos maiores promotores na área do Turismo da região. A Senhora Presidente da Câmara respondeu dizendo que ele não quis participar por motivos que só ele saberá. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- 1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

----- Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 17/06/2019, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- 2. 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S 2019;

----- A Senhora Presidente da Câmara, Dr^a Berta Nunes, usou da palavra explicando que tiveram que fazer uma revisão ao Plano de Investimentos porque tiveram uma candidatura que pensavam que ia demorar mais a ser aprovada, mas foi aprovada de forma célere e agora pretendemos lançar o concurso. Trata-se de uma candidatura de eficiência energética para reduzir os custos com a iluminação pública, ou seja, vão ser substituídas as luminárias atuais por

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

luminárias led com telegestão, reduzindo em cerca de 40% os custos com a iluminação pública. E para lançar o concurso a rubrica tem de existir no Plano de Investimentos. -----

----- Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto dois à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis membros presentes, ao abrigo da al. a) do n.º1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento e GOP's para o ano de 2019. -----

----- 3. APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DO PROGRAMA “1º DIREITO”;

----- A Senhora Presidente da Câmara usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos relativamente a este assunto, dizendo que o actual Governo produziu vários diplomas legais para a construção de uma política que desse acesso à habitação às pessoas carenciadas e à classe média/baixa, porque durante muitos anos a Câmara não conseguiu fazer nada nesta área pois o anterior Governo não permitiu fazê-lo. Agora com este Governo foi feito um pacote legislativo chamado “1ºDireito” que até ao ano de 2024, tem como objectivo resolver o problema da habitação em Portugal. Continuou dizendo que logo que tiveram conhecimento deste pacote legislativo, reuniram com o IRHU no sentido de apresentar este Plano Estratégico, o qual foi apoiado por eles, na totalidade, tendo tido um custo de cerca de vinte mil euros, que será pago a 100%. Este é um passo fundamental para se poder passar ao passo seguinte. Este trabalho foi divulgado por todos os presidentes de junta do Concelho e estes teriam que nos comunicar as situações de habitabilidade das pessoas da sua freguesia. Explicou ainda que os serviços da acção social já têm também bastantes situações elencadas devido ao programa do Fundo Social de Apoio à Habitação existente. Se temos 140 pessoas que vivem em condições indignas, estas podem candidatar-se, caso o pretendam, para serem apoiadas na melhoria da sua habitação. Caso as pessoas reúnam as condições para serem admitidas, o IRHU entra em contacto com elas e contrata o apoio necessário para fazer as obras identificadas. Outra parte do Plano Estratégico prende-se com a habitação social que o Município tem de construir, onde temos mais de trinta situações identificadas. A Senhora Presidente da Câmara, Drª Berta Nunes, explicou que o que a lei diz é que a prioridade é recuperar casas que sejam património do Município, pelo que será isso que vão fazer, esclarecendo que pretendem fazer casas na zona do antigo Armazém, onde já lá há duas casas e ao lado da capela do Espírito Santo também existe uma casa para ser recuperada. Explicou ainda que depois irão comprar casas que estão no mercado, estando os preços dessa compra definidos pelo IRHU, ou seja, apenas poderão comprar com base no preço estipulado pelo IRHU. Depois ainda têm a previsão de fazer um projecto piloto, que é a reconstrução da Casa Montenegro, em Vilarelhos, sendo um projecto que poderá ser endereçado a casais jovens, ou idosos, pois foi o próprio IRHU que sugeriu. -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins dizendo que como a documentação é bastante extensa, não tiveram muito tempo para a analisar, mas ficou com algumas dúvidas. Disse que viu que há dois milhões de euros para recuperação de habitações privadas e edifícios públicos e pergunta, em primeiro lugar se as pessoas que constam na listagem foram escolhidas de forma discricionária ou foi nomeada alguma comissão independente para as escolher e em segundo lugar qual o impacto financeiro que este projecto tem para o Município, dadas as dificuldades financeiras que existem. A Senhora Presidente da Câmara, Drª Berta Nunes, respondeu dizendo que a identificação das pessoas foi feita pelos Presidentes de Junta que puderam e quiseram colaborar e pelas situações que já estavam identificadas anteriormente. Este trabalho foi feito por duas assistentes sociais, a pessoa responsável pela empresa que está com este trabalho e um dos nossos engenheiros. Quanto a terem direito ou não, a Senhora Presidente esclareceu que só depois de serem inseridos os dados na plataforma é que se poderá saber se a pessoa tem direito ou não. Os custos que aparecem no documento em análise são o resultado dos levantamentos das necessidades feitos pelas assistentes sociais, onde o engenheiro fez o estudo dos trabalhos necessários e deu o custo estimado das obras em causa. O total estimado é de 2.833,769,33 Euros. -----

----- No que diz respeito à habitação social, a Senhora Presidente da Câmara explicou também que este trabalho será para ser feito em 2, 3 anos, é feito um acordo com o IRHU e terá uma participação do IRHU de no mínimo 50% a fundo

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

perdido e o próprio IRHU faz um empréstimo que não conta para o endividamento, com os juros muito baixos para os restantes 50% ou até menos de 50%, pois pode haver uma majoração, disse. A Senhora Presidente continuou explicando que depois vêm os custos com a reabilitação das habitações próprias e que estas serão objecto de uma candidatura e o dinheiro não passará pelo Município, pois o contrato será feito entre o IRHU e o proprietário da habitação em causa. Explicou ainda que o Município ajuda no que diz respeito à concretização da candidatura, mas depois será tudo tratado entre o IRHU e o proprietário da habitação. Este plano pode ser reavaliado e reajustado num prazo de 6 meses, pois o trabalho vai continuar a ser feito, e as pessoas poderão dirigir-se à acção social e fazer a candidatura para saber se podem usufruir deste apoio. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Luís Terêncio dizendo que do que percebeu a Câmara Municipal serve de intermediária para um direito que é social e de primeira instância às pessoas. Disse que lhe parece um bom programa e que votará a favor deste ponto. -----

----- O Senhor Deputado Gabriel Martins disse que vão votar favoravelmente mas esperando que no futuro os documentem devidamente, sob pena de não votarem. A Senhora Presidente interveio ainda dizendo que este documento foi enviado há 3 dias, sendo um documento que se lê de forma rápida. Esclareceu ainda que não é a Câmara a aprovar quem tem direito ou não a este programa, pois é a própria plataforma associada ao programa que define quem tem esse direito. Toda a gente se pode candidatar, até podem ser as próprias pessoas a fazerem a candidatura a título particular. A Câmara apenas ajuda no que for necessário, o contrato é feito directamente entre o IRHU e as pessoas interessadas. Isto é uma oportunidade que não se pode perder. -----

----- Por fim, usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para dizer que a documentação é clara e que a Senhora Presidente prestou os esclarecimentos necessários no sentido de dizer que foram técnicos às aldeias e às freguesias, contactaram os senhores presidentes de Junta, foram de casa em casa onde haveria mais necessidades e que o essencial não é saber quem será contemplado e esta Assembleia deve ter um papel fiscalizador da actividade do executivo e que ao que lhe parece o Executivo vai ter muito pouco que fazer e que pagar, pois será o IRHU a fazê-lo, uma vez que é um programa do Governo central, é um programa designado 1º Direito e é um programa que irá certamente melhorar o tecido habitacional do País. Disse ainda que fica muito satisfeito quando estes programas existem e que não lhe parece que o nosso endividamento piore com este programa, porque a Câmara não vai ter que investir nada, apenas vai servir de intermediário. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis membros presentes, aprovar a Estratégia Local de Habitação, anexa à informação da Divisão Económica, Social e da Educação, datada de 14-06-2019, de acordo com os princípios do Programa "1º Direito". -----

----- 4. APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO FUNDO SOCIAL DE APOIO À HABITAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente da Câmara disse que foi já aprovado em reunião de câmara. Disse ainda o Fundo Social de Apoio à Habitação vai continuar a existir mas com este programa alternativo do 1º Direito, esperamos que não será tão solicitado. -----

----- Usou de seguida da palavra o Senhor Deputado Gabriel Martins para dizer que houve falta de reuniões para esta Assembleia e que teve conhecimento em que houve reuniões em que nem sempre podiam estar todos presentes. Sugeriu que o Fundo Social de Apoio à Habitação tivesse um tecto. -----

----- Seguidamente, usou da palavra a Senhora Deputada Maria Manuel Silva para esclarecer que nem sempre é possível estar presente, por falta de possibilidade profissional e por isso entraram todos em acordo que no caso de haver sugestões ou correcções, as mesmas fossem feitas e enviadas por e-mail para os membros do grupo de trabalho e foi assim que as coisas aconteceram. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara usou depois da palavra para dizer que quanto ao tecto, essa foi uma proposta que foi feita recentemente enviada, uns dias antes da reunião de câmara, por parte do Bruno Rachado que dizia o seguinte:

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

“estipular um tecto máximo anual do valor dos apoios concedidos na ordem de 15.000,00 euros para a AESD e 25.000,00 euros para o FSAH, criando uma cláusula de salvaguarda para colmatar situações de emergência social, nomeadamente no que respeita a menores e idosos”. A Senhora Presidente disse que não têm problemas com isso, mas pelas contas que fizeram, gastam cerca de no máximo 1% do orçamento, mas que as necessidades são muito maiores. Referiu-se depois ao documento da Estratégia Local de Habitação e verifica-se que os apoios concedidos estão muito aquém das necessidades verificadas e identificadas nesse documento. A Senhora Presidente da Câmara esclareceu que a Câmara, com este programa do 1º Direito, conta que não irá dar tantos apoios à habitação, pelo que entende que pode ser reduzido o valor do apoio. Quanto aos outros apoios, a Senhora Presidente informou que se trata de apoios para dívidas de luz, de renda, de farmácia, de propinas, pelo que não ultrapassamos os 15.000,00 euros, referindo também que estes apoios deveriam ser dados pela segurança social, fazendo com que a Câmara não desse tantos apoios. Informou depois que muitas competências vão ser passadas para os municípios e iremos ficar com algumas competências da área social e depois teremos que alinhar os regulamentos com base nas regras e legislação da Segurança Social. A Senhora Presidente da Câmara sugeriu então que esta discussão do valor do tecto fosse feita na altura em que as competências fossem transferidas para os municípios. -----

----- Continuando, usou da palavra o Senhor Deputado Bruno Rachado dizendo que foi criado um grupo de trabalho com dois elementos da sua bancada e foi feito um árduo trabalho nesse sentido, tendo sido apresentadas várias propostas de alteração aos regulamentos. Disse ainda que na semana anterior tinham sido enviadas mais algumas propostas para análise, perguntando depois se essas propostas foram consideradas. A Senhora Presidente da Câmara respondeu dizendo que não foram consideradas e que tinha tido a preocupação de enviar um e-mail a explicar porquê. Disse que tinham sido consideradas as que foram enviadas anteriormente mas que quanto a estas últimas, tirando a questão do tecto, não fazem muito sentido. -----

----- O Senhor Deputado Gabriel Martins usou ainda da palavra para dizer que a Senhora Presidente leu as propostas enviadas pela sua bancada para os regulamentos da acção social e fez a sua interpretação, mas quis explicar que o que se lhes afigura é o processo de aprovação de um apoio, pois o que se pretende dizer é que o importante é trabalhar com documentos autênticos ou autenticados, dando mais segurança a quem está a tratar esse processo. Outra explicação que o Senhor Deputado Gabriel Martins quis dar relativamente às propostas de alteração enviadas, é que deve haver no processo um duplo grau de jurisdição, ou seja, alguém deve organizá-los e alguém deve decidi-los, com autonomia, no sentido de fiscalizar o processo. Quanto à alteração proposta para o ano de eleições, o Senhor Deputado Gabriel Martins explicou que para evitar que o Executivo seja apelidado de que investe em anos de eleições, para tirar proveitos políticos, em ano de eleições não se dão apoios, salvo em situações de emergência social, como é o caso de idosos e crianças. No que diz respeito ao facto do presidente da junta estar presente no processo, entende que o presidente de junta estaria a carrear para o processo de verificação dos senhores vereadores, para a definição política, dando a sua opinião se essa pessoa tem direito ou não ao apoio. Depois disse ainda que quanto às farmácias e outros, o que eles entendem é que para além da declaração da dívida emitida pela farmácia, essa deve ir acompanhada da receita. O Senhor Deputado Gabriel Martins continuou a sua intervenção dizendo que também havia de existir um prémio de mérito para os estudantes do ensino superior. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara, Berta Nunes, esclareceu o Senhor Deputado Gabriel Martins dizendo que no relatório social é feita a avaliação do rendimento per capita e é atribuído o apoio de acordo com as regras da Segurança Social. O que está a ser usado é o regulamento existente e depois são usadas as regras de acordo com a Segurança Social, pelo que entende não faz muito sentido estar um jurista a verificar o relatório social que os vereadores recebem. A Senhora Presidente da Câmara disse depois que até concorda com a assinatura de um acordo, por parte das pessoas, como forma de ajudar as pessoas a gerirem o seu orçamento familiar, acrescentando ainda que o que deve constar no regulamento é a obrigatoriedade de análise do orçamento familiar, as técnicas fazerem recomendações para ajudar as pessoas a não gastarem o dinheiro mal gasto e depois, as pessoas comprometerem-se com algumas mudanças, no

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

sentido de cumprirem, através de um contrato escrito, com as recomendações que ficaram definidas para ter direito ao apoio, pelo que a Senhora Presidente sugeriu, ao Grupo de trabalho constituído, que esta obrigatoriedade conste no regulamento. A questão do tecto ainda pode ser vista. A Senhora Presidente entende que, uma vez que vai haver um decreto sectorial e vamos ter novas competências para os municípios, os regulamentos podem ser retirados. -----

----- De seguida, usou da palavra o Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales, Diamantino Mário Lopes, dizendo que uma das coisas que pretendia perguntar era se era mesmo necessário que estes regulamentos fossem aprovados hoje ou se podiam ser adiados para outra oportunidade, no sentido de incluir algumas das propostas feitas ou até, melhorá-las. Mas como isso vai acontecer, aproveita para tecer algumas considerações, nomeadamente, que é sempre contra a estipulação de um tecto, pois pode condicionar algumas acções, ou seja, haver uma emergência social brusca e nesse caso, pode o tecto ser impeditivo de ajudar. Depois o Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales, disse ainda que, em vez de incluir um conjunto de pessoas que fiscalizariam outras, incluir uma fórmula que obrigasse às pessoas de frequentarem acções sobre a gestão de orçamento familiar, proporcional ao apoio dado, ou seja, por exemplo para um apoio de 3.000,00 euros uma acção de formação de 3 horas, para 5.000,00 euros, 5 horas, enfim uma situação deste género, ou como se faz nas multas das cartas de condução, disse. Continuou a sua intervenção dizendo que não podia deixar de enaltecer, apesar das limitações, a equipe que esteve a trabalhar estes regulamentos, pois de forma voluntária e gratuita, acabou por fazer um trabalho para agora esta assembleia estar a fazer estas considerações. O Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales entende que as propostas apresentadas pela bancada do PSD são pertinentes e, uma vez que não é obrigatório os regulamentos serem aprovados hoje, entende que o melhor é retirá-los para a próxima assembleia. O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes aproveitou ainda para fazer referência a uma outra proposta que o Senhor Deputado Gabriel Martins fez e informou que na União de Freguesias a que preside, criou um regulamento para os seus alunos e é um regulamento que premeia o resultado, a assiduidade e a disciplina, tendo o nome de "Regulamento da assiduidade, disciplina e sucesso" e mediante os níveis 1, 2, 3, 4 ou 5, os números de faltas e as participações disciplinares que têm, estipularam uma fórmula e atribuem um valor e no final do ano fazem contas e recebem por exemplo, entre 3,00 euros, que um recebeu e 70,00 que outro recebeu. Disse ainda que o Pombal é a freguesia que tem mais estudantes na escola, à exceção da vila, e o orçamento da freguesia pode não ser suficiente para suportar estes apoios, mas entende que é um assunto a estudar no sentido de ver até que ponto se pode ir com uma medida destas. Quanto à participação dos presidentes de junta nestes grupos, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales entende que faz todo o sentido o Presidente de Junta dar a sua opinião relativamente aos pedidos de apoio a serem atribuídos, pois conhecem melhor os seus munícipes. Por fim, o Senhor Presidente da União de Freguesias de Pombal e Vales perguntou qual a percentagem do orçamento da Câmara que é atribuída aos apoios sociais, tendo a Senhora Presidente da Câmara, respondido que tem uma percentagem de 1% ou até menos. O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes disse que para a gestão de 1% do orçamento se está a perder demasiado tempo a discutir estes regulamentos, pois provavelmente não estão preocupados com o dinheiro que se vai gastar mas sim com a caça ao voto, e entende que não deve ser tratado dessa forma. -----

----- Se seguida, usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cerejais, Virgílio Amaro, para dar uma opinião ao Executivo sobre os contratos de arrendamento já falados nesta assembleia e disse que os contratos de arrendamento têm que ser registados na aplicação das Finanças pelo Senhorio e pelo arrendatário e é preciso cuidado com isso, pois pode trazer problemas para ambos. -----

----- Continuando, usou da palavra o Senhor Deputado Luís Terêncio, dizendo que concorda com o que o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes diz quando refere que é uma discussão longa, mas disse depois que 1% é muito pouco, mas duzentos mil euros é significativo, ou até mesmo quinhentos mil. Esclareceu que votaria sempre a favor de um aumento para os apoios sociais. De seguida, o Senhor Deputado Luís Terêncio deu os parabéns ao Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes pelo regulamento criado, designado de regulamento de mérito, pois desconhecia a sua existência. Acrescentou que lhe chamaria mais do que isso, pois é um regulamento que reconhece as pessoas e que toda a gente

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

gosta de ser reconhecida, tendo depois renovado os parabéns por este regulamento. Quanto à discussão dos regulamentos sociais, o Senhor Deputado Luís Terêncio disse que é importante mas que lhe surgiu um pensamento que julga ser de um provérbio chinês, isto é, "Nunca dê o peixe. Dá sim a cana e ensina a pescar", dizendo que também andarão à volta disso. E sendo assim, disse ter ouvido à Senhora Presidente da Câmara que a própria Segurança Social vai ter algumas reformulações nalgum enquadramento legal para estas questões do apoio social, estamos a perceber que há algum consenso nas propostas enviadas pelo grupo de trabalho, que fez um bom trabalho, e que deve continuar, sendo este grupo ou outro, pois está a dar o seu tempo para uma causa pública. O Senhor Deputado Luís Terêncio disse também que seria melhor retirar estes pontos da ordem do dia e fazer uma consistência destas propostas, pois entende ser a opinião de todos. Contudo, o Senhor Deputado Luís Terêncio disse haver um ponto importante que é o do Ensino Superior, ou seja, independentemente desta questão, deve ser valorizado e apontado como emergente este prémio ou mérito à questão do Ensino Superior. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara, Dr^a Berta Nunes, referindo-se à questão do Ensino Superior, disse que já há algum tempo que se tem debatido este assunto e que inclusivamente já pediram às Técnicas da Ação Social que fizessem um regulamento de apoio aos Estudantes. Disse também que poderão ver o que a União de Freguesias de Pombal e Vales fez porque não podemos premiar o mérito apenas pela nota, isto é, tem que se ver condições sociais, assiduidade, entre outras situações. Explicou que têm que ver se dão um prémio monetário e esse prémio monetário será atribuído em função das condições sócio-económicas das famílias, ou um prémio simbólico, pelo que entende devem ser analisadas todas as soluções possíveis. Tem que se perceber que o mérito tem que ser analisado de uma forma multidimensional. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal perguntou de seguida à Senhora Presidente se os pontos 4, 5 e 6 são então para retirar da ordem do dia, ao que a Senhora Presidente respondeu que sim, e que aguardam pela saída das portarias que vão dar à Câmara mais competências e que aí poderão então voltar a ser discutidos com base nessa legislação. A Senhora Presidente da Câmara também disse que se comprometem a fazer o regulamento para o mérito, que já está a ser tratado pelas técnicas da acção social. -----

----- Este assunto foi retirado da ordem do dia. -----

----- **5. APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DO CARTÃO MUNICIPAL SÉNIOR**

----- Retirado da ordem do dia. -----

----- **6. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS**

----- Retirado da ordem do dia. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara alertou para o facto de haver uma legislação sobre a transferência de competências para as freguesias e que é importante que os presidentes de junta façam uma assembleia de freguesia até ao dia 30 deste mês para analisarem o documento e sugere que se os presidentes de junta quiserem, poderão fazer uma reunião já na segunda-feira ao final da tarde ou marcar um dia e uma hora para tomar uma decisão, ou então cada freguesia pode tomar a sua decisão e depois será analisada. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- Usou da palavra o Senhor Carlos Simões para perguntar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal se tem alguma estratégia para colmatar a falta de público. A outra questão, que coloca à Senhora Presidente da Câmara, tem a ver com o facto da Casa do Benfica ter saído primeiro da escola, depois do edifício onde estava, perto da biblioteca, para ir para outro edifício perto da capela do Espírito Santo e que ouviu dizer que teve que sair dali compulsivamente, pelo que gostaria de saber se foi verdade ou não que a Casa do Benfica foi obrigada a sair pela Câmara. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal respondeu ao Senhor Carlos Simões agradecendo-lhe a pergunta e disse que a resposta é que fez tudo o que tinha ao seu alcance para fazer com que as Assembleias decorressem neste auditório para precisamente permitir que o público assistisse. Disse ainda que anteriormente decorriam

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

na Biblioteca Municipal, onde tem uma sala muito pequena onde cabia pouca gente do público. Agora, faz-se a divulgação através de sms, nas redes sociais e nos diversos outdoors e que agora caberá ao passa a palavra para que aumente esse número, pois é pouca gente a assistir. Entretanto sugeriu ao Senhor Carlos Simões para que passasse a palavra para que mais pessoas venham a assistir às assembleias municipais e que os presentes também o façam. -----

----- Usou de seguida da palavra a Senhora Presidente, Dr^a Berta Nunes e disse que ninguém os tirou da escola, eles é que resolveram sair e que agora saíram por razões que desconhece. Informou também que quando tiverem um projecto para a escola, a Cruz Vermelha que é uma instituição que ainda se mantém lá, mas que terá de sair e será ajudada a arranjar um espaço. Informou ainda que têm ideias para recuperar a antiga escola da carreira da bola mas que ainda não conseguiram fazer candidaturas para isso. Depois a Senhora Presidente disse que a sugestão dada pelo Senhor Presidente da Mesa é uma boa sugestão, ou seja, para que se faça a divulgação pessoalmente, que passasse a palavra para que mais pessoas viessem a assistir às Sessões das Assembleias Municipais. -----

----- Usou depois da palavra o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes, na qualidade de público e de Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alfândega da Fé, para informar os Senhores Deputados e todos os presentes que a obra que está a ser feita de reabilitação do quartel dos Bombeiros Voluntários é uma obra que está orçada e foi adjudicada pelo valor de trezentos e quarenta e quatro mil euros a uma empresa designada MultiNordeste, do distrito de Bragança. O Senhor Presidente da Associação dos Bombeiros informou também que a empresa MultiNordeste ganhou, simultaneamente, várias obras na nossa região e que esta em concreto tinha um prazo de execução de 6 meses, mas já lá vão 2 anos e a obra não está concluída, tendo mostrado alguma preocupação por esse atraso. Informou ainda que foram concedendo a prorrogação de prazos que a empresa foi fazendo, mas a determinada altura disse que não podia continuar assim, pois do último pedido de prorrogação de prazo ao penúltimo, nada tinha sido feito. Então contactou o engenheiro da empresa que o informou que estavam a passar por um PER (Processo Especial de Revitalização). O Senhor Deputado Diamantino Lopes disse ter alertado o engenheiro da empresa para o facto de se estar a aproximar a segunda época de incêndios e que os bombeiros não estavam bem instalados, apesar de terem o apoio da junta de freguesia na cedência das instalações, bem como da autarquia, mas que não poderia continuar a haver mais atrasos, e que tinha que arranjar uma solução, tendo inclusive sugerido ao engenheiro que fizesse a posse administrativa da obra ou cessassem a sua posição contratual em benefício de outra empresa. Continuando, o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes informou que a obra está executada em 51%, faltando 49% para concluir, ou seja, teoricamente faltam 3 meses para concluir a obra, pelo que disse que se uma empresa “pegar” nesta obra, será o tempo que demora a concluir. Informou ainda que uma das sub-empresas, da zona de Baião, se comprometeu a ficar com essa cessação da posição contratual, assinaram os protocolos, não os validaram por uma entidade competente e quando se comprometeram a recomeçar a obra, dia 3 de maio, ninguém chegou para trabalhar, tendo depois sido informado que a empresa terá dito que não estavam em condições de aceitar a obra, ficando novamente sem empreiteiro para concluir a obra. Nesta fase, disse, temos uma empresa a avaliar a situação, que é a empresa Ferreira & Bebiano, Lda., e estamos a aguardar que a empresa Ferreira & Bebiano apresente uma proposta, no sentido de retomarem os trabalhos. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa Assembleia Municipal, a pedido da Organização do Festival de Poesia, Arte e Natureza, Prof. Francisco José Lopes e Dr^a Berta Nunes fez a divulgação do evento, dizendo que este Festival vai voltar a realizar-se nos dias 5, 6 e 7 de julho, em Vilarelhos, tendo depois convidado todos os Senhores Deputados e público a estarem presentes e que passassem a palavra para quem possa eventualmente estar interessado. -----

----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato. -----

----- A ata em minuta foi aprovada por **unanimidade**, dos vinte e seis deputados presentes. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

S.



R.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

(Carla Maria Bravo Franco)

O Segundo Secretário

(Domitila de Fátima Morais Branco)